



## ENTRE VIOLÊNCIAS E REPRESSÕES, O LEGADO QUE MARCOU O PERÍODO DITATORIAL ATRAVÉS DA MEMÓRIA <sup>1</sup>

Gabriela Baroni<sup>2</sup>, Ivo dos Santos Canabarro <sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida na Unijuí; financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq.

<sup>2</sup> Gabriela Baroni; estudante do curso Direito da UNIJUÍ.

<sup>3</sup> Ivo dos Santos Canabarro. Doutor e Pós-doutor em história social pela Universidade Federal Fluminense. Professor permanente do PPGD em Direitos Humanos Unijui/RS

### 1. INTRODUÇÃO

Observando os cenários dos regimes totalitários que ficaram marcados na história, especialmente durante a Ditadura Militar (1964 a 1985), pode-se constatar os grandes legados profundos e controversos que foram deixados na sociedade em relação à justiça e à aplicação da violência. Este período é crucial para compreender como o Estado brasileiro utilizou seu poder de maneira autoritária, afetando diretamente a estrutura legal e a segurança dos cidadãos, e principalmente deixando marcas de tristeza e traumas que foram gerados com toda essa repressão.

Dessa forma, o presente projeto “entre memória e esquecimento: a desconsideração dos direitos humanos nas ditaduras militares”, aborda todas as questões referente às graves violências contra os direitos humanos de cada cidadão na época. As torturas, afetaram a sociedade como um todo, pelo meio cruel como elas eram feitas, onde militares abusaram muitas vezes de seu poder, torturando cidadãos e os levando à morte. Houve muitas ocultações de cadáveres, onde as famílias das vítimas ficaram por muitos anos sem saber onde estava essa pessoa, sem notícias, em completa agonia.

O que temos por objetivo é resgatar toda essa memória que a muito tempo ficou silenciada na história do nosso país, mas, a com instauração da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, a foi aberto grandes lacunas, onde muitas das pessoas que sofreram com essas severas repressões, que nunca sequer tinham tocado no assunto, puderam se expressar, falar abertamente sobre todas essas questões, sem medo de repressão. Há de salientar que todo esse processo feito, foi de extrema importância para resgatar a memória que por muito tempo não se ouvia falar, onde o maior ato de justiça feito neste período, foi lembrar, e trazer à tona toda essa memória do período ditatorial.



## 2. METODOLOGIA

Ao longo do desenvolvimento do projeto, que ainda não está finalizados, as principais buscas referente ao assunto foram em artigos de professores, e o site da Comissão Nacional da Verdade, onde possui uma vasta gama de informações sobre esse período, principalmente nos três relatórios finais, importante base para a fundamentação teórica do projeto, pois possui os principais resultados que a Comissão chegou ao longo de anos de projetos e pesquisas sobre as graves violações de direitos humanos no período da Ditadura Militar.

Buscamos também através de fichamento de livro “Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade no Brasil”, informações para auxiliar ao longo do desenvolvimento do projeto, pois relata quais que foram os caminhos percorridos pela comissão nacional da verdade para chegar nos resultados obtidos, pois não houve uma boa aceitação inicialmente dos cidadãos Brasileiros para a sua instauração, salientando de que reviver esse período nunca foi uma tarefa fácil.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 As graves violações de gênero nos períodos ditatoriais

Sabemos que as marcas deixadas pela ditadura foram árduas, e marcaram para sempre a memória de todos aqueles que sofreram. Dessa forma, adentrando ao tema, podemos identificar também todas as repressões que eram feitas para as mulheres durante esse período, pois a grande maioria era esposas de grandes líderes políticos, ou fiéis militantes contra o governo de repressão. E além de toda a tortura física e psicológica que eram feitas contra as mulheres, ainda as abusavam sexualmente, deixando-as com problemas psicológicos gravíssimos. Aproveitaram de suas fragilidades, e as mantiveram em uma privação de liberdade, onde abusavam e torturavam, onde muitas vezes perdiam até mesmo a consciência, não sabiam onde estavam e não podiam se defender. Algumas carregam marcas dessas agressões físicas até os dias atuais, nunca se livraram do peso das torturas.

No relatório da Comissão Nacional da Verdade, há diversos relatos que apontam todas essas violações de graves direitos humanos e de violência de gênero contra as mulheres, nas quais muitas foram mortas e até hoje não se sabe onde foi parar o corpo. É uma repressão difícil de se reviver e de ser lembrada, principalmente lendo tantos relatos de mulheres que desencadearam tantos traumas psicológicos acima destas questões. Segundo Adrianna Setemy, muitas destas violações ocorreram pois as mulheres gostariam de entrar na política, mas naquela época, a política era um mundo masculino onde os homens não aceitavam



mulheres, por isso usavam os meios de repressão, a autora do artigo “Ato sem perdão”: justiça de transição, políticas de memória e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira” ainda relata que muitas das mulheres não foram violentadas só porque gostariam de participar da política, mas sim pelas suas relações e vínculos com desaparecidos políticos.

### **3.2. O papel da Comissão Nacional da Verdade na busca pela memória.**

Desde a instauração da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, a mesma teve um papel fundamental, tanto para trazer a tona uma memória que por muito tempo permaneceu esquecida na história, quanto para ajudar muitas vítimas, familiares, pois muitos corpos que estavam desaparecidos naquela época, a CNV com seu árduo trabalho encontrou, por meio de ossadas após um longo tempo depois. A comissão nacional da verdade ajuda a trazer a memória como forma de justiça, para que os meios repressivos nunca mais voltem ao poder do país, a fim de que a justiça deve punir os crimes da ditadura para evitar que práticas repressivas se repitam, lembrando ainda de que a Comissão da Verdade não é o ponto de partida, pois já existe uma vasta base de conhecimento e memórias produzidas pela sociedade civil e pela academia.

A lembrança dos anos de repressão serve não apenas como um registro do passado, mas também como um lembrete dos perigos do autoritarismo e da necessidade contínua de vigilância democrática. No entanto, a memória não é apenas uma questão de olhar para trás, mas também de moldar o futuro. O dever de memória e justiça desempenha um papel vital na garantia de que os abusos do passado não se repitam. Isso envolve não apenas a responsabilização por crimes contra a humanidade, mas também a promoção de uma cultura de direitos humanos que permeia todas as esferas da sociedade, e é dessa forma que ressaltamos a importância que a criação da Comissão teve, pois o modo de se buscar justiça não foi através de violência, mas foi por meio da memória, a fim de relembrar os períodos vividos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa forma, concluir sobre esse período sombrio da história brasileira requer reflexão sobre os impactos duradouros no qual a violência e a injustiça foram perpetradas



durante a ditadura militar, a memória que a coletividade tem desse período é essencial para fortalecer os pilares da democracia e dos direitos humanos, assegurando que tais atrocidades nunca mais voltem a se repetir.

Portanto, incluir a responsabilização dos culpados e a reparação às vítimas é essencial para a reconciliação nacional e a construção de um futuro mais justo e democrático. Portanto, é crucial aprender com os erros do passado para edificar uma sociedade onde os direitos humanos sejam respeitados e onde a violência e a injustiça sejam enfrentadas de forma decisiva. É vital que a justiça prevaleça de maneira eficaz, impactando a sociedade de forma a combater as violências e atrocidades cometidas.

**Palavras-chave:** Violência. Memória. Abuso. Sofrimento. Reparação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a oportunidade da bolsa, pois sem ela, eu não teria noção da dimensão do que foi a ditadura militar, e nem sobre as questões de tantas violências que ocorreram neste período.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CANABARRO, Ivo dos Santos. A violência de gênero retratada no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Cadernos da UNESCO, (no prelo)

CANABARRO, Ivo dos Santos, STRUCKER, Bianca. Direito à memória e à verdade: testemunhos e memórias subterrâneas da ditadura militar brasileira para a repactuação do estado. Revista História Debates e Tendências. 2024.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Relatório da Comissão Nacional da Verdade. 2014. <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

PADRÓS, Enrique Serra. DITADURA BRASILEIRA: VERDADE, MEMÓRIA... E JUSTIÇA?. Disponível em: [:///E:/Downloads/anajulia\\_furg,+4-PADR%C3%93S%20\(1\).pdf](:///E:/Downloads/anajulia_furg,+4-PADR%C3%93S%20(1).pdf).

STEMY, Adrianna. “Ato sem perdão”: justiça de transição, políticas de memória e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/yqG9ZmyFWjMHqrNjcGVYxSC/?lang=pt&format=html>